

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Minas

Class.: 182

Data: 22/09/88

Pg.: _____



Texto de
Agostinho Santos
Fotos de Fábio Villas

Francisco de Assis Amaro, Germano Gonçalves da Silva, Roberto Freire de Alkimin, Claudomiro de Oliveira Vidoca, e Sebastião de Oliveira Vidocam pronunciados pela Justiça Federal pelo assassinato de três índios da tribo Xakriabá, do norte de Minas, serão julgados no dia 26, no



Rosalino morreu dormindo



Manuel, morto ao sair de casa

Xakriabá, a hora da justiça (I)

Justiça Federal julga dia 26 em Minas os assassinos dos índios

primeiro júri popular federal do país de um crime de genocídio, e o primeiro julgamento federal em Minas. O crime aconteceu dia 12 de fevereiro do ano passado, na aldeia Sapé na reserva Xakriabá, em Itacarambi, por uma disputa por terras. Manoel Amaro e mais um grupo de grileiros e pistoleiros invadiram a aldeia de madrugada e mataram o cacique Rosalino Gomes

de Oliveira e os índios José Texeira e Manuel da Silva, além de ferir a mulher de Rosalino, Anísia. Os grupo de invasores sofreu também uma baixa, Agenor Nunes Macedo, morto por seus companheiros no fogo cruzado. Armados de carabinas, o grupo de cerca de 15 homens se dividiu em dois; parte atacou pela porta da frente e parte pelos fundos

da casa de Rosalino, que dormia na hora do ataque. Manoel, ao ouvir os tiros, saiu correndo de sua casa e foi morto no meio do caminho.

Dias após o crime, cumprindo mandado de prisão preventiva, a Polícia Federal deteve o fazendeiro e mais quatro acusados. Os cinco estão recolhidos nas celas do órgão em Belo Horizonte, à espera do julgamento.



Uma família Xakriabá: no rosto de todos, a marca da incerteza

A reserva reconhecida

Com uma área de 46.414 hectares, localizada em Itacarambi, Norte de Minas, a reserva Xakriabá tem uma comunidade de 4.500 pessoas que praticam a agricultura de subsistência em uma região marcada pela seca e pela fome.

Desde os tempos do descobrimento do Brasil tem-se notícia da existência da tribo dos índios Xakriabá, que ocupavam terras espalhadas entre as províncias de Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais. O primeiro contato com os brancos que se tem notícia ocorreu no final do século XVII, e não foi dos mais amistosos. Dois fazendeiros paulistas que se fixaram na região tiveram vários conflitos com os índios, mas depois de certo tempo passaram a viver em paz. Com a utilização de escravos ne-

gros e índios nas fazendas, foi ocorrendo uma miscigenação, que marcou bastante a cultura Xakriabá. Os índios davam guarida a escravos fugitivos que viviam dentro da aldeia em harmonia, assimilavam o modo de vida Xakriabá e influenciavam os costumes.

Prova da posse

Os Xakriabás da região do Norte de Minas possuíam um documento da Coroa Portuguesa segundo o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — que lhes cede uma área calculada aproximadamente em 130 mil hectares. Este documento foi entregue à Funai, que demarcou a área em 1979, em pouco mais de 46 mil hectares. A homologação foi feita no ano passado. A partir de 1967, os conflitos com in-

vasores de terras indígenas passaram a acontecer com mais frequência, devido à implantação de projetos agrícolas desenvolvidos pelo Governo do Estado, beneficiados por incentivos fiscais.

Na década de 70 a Funai instalou um posto indígena dentro da reserva. Segundo o Cimi, nos últimos anos a grilagem se intensificou na reserva, sendo motivo de frequentes atritos com os grileiros, que resultaram na morte de vários índios.

Com o aumento da violência por parte dos grileiros, os índios começaram a se organizar para enfrentar a situação. Surgem lideranças nas aldeias, como a de Rosalino Gomes de Oliveira, cacique da Aldeia Sapé, que se tornou um empecilho para os grileiros. Assim, ele foi assassinado por

vários homens no dia 12 de fevereiro de 1987, dentro de sua casa quando dormia. Além dele morreram os índios José Teixeira e Manoel Fiúza da Silva. Entre os assassinos estava o fazendeiro Francisco Amaro, que é apontado como o mandante da chacina. Preso na Polícia Federal em Belo Horizonte, o fazendeiro aguarda o julgamento no próximo dia 26, onde irá responder, junto com quatro outros acusados, também presos, por crime de genocídio, extermínio de uma raça. O crime contra tutelado pelo Estado, no caso os índios, passou a ser considerado no Brasil, após a assinatura de um tratado internacional transformado em lei em 1986. A lei prevê crime que visa extinguir, no todo ou em parte, grupo étnico existente no país.